

NOVA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA E OS ESTUDOS DE IMPRENSA: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE UMA IMPRENSA MILITAR

Data de aceite: 01/04/2024

Fernanda de Santos Nascimento

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015). Atua em pesquisas sobre militares, política e sociedade desde 2007.

Atualmente, conduz pesquisas sobre a imprensa militar no século XIX. Membro permanente do GT de História Militar na ANPUH-RS
<http://lattes.cnpq.br/1032126849942458>

A Nova História Militar tem buscado, nos últimos anos, redirecionar o foco de análise para as relações entre sociedade e as forças armadas nacionais. A história tradicional considerava a história militar episódica e restrita ao relato de batalhas e biografias pessoais de grandes líderes militares. A Nova História Militar busca redirecionar o foco de análise para as relações entre a sociedade e as forças armadas nacionais. É ingênuo pensar que a história de uma instituição armada possa estar afastada das perspectivas que guiam a própria investigação histórica.

A tendência surgiu na América do Norte, no início dos anos 1970. Houve, naquele período, uma preocupação em aglutinar os estudos de historiadores profissionais civis com os estudos e as perspectivas de uma história militar tradicional, que buscava na história lições de vitória para os conflitos do futuro. A nova história militar surgiu, assim, em uma série de conferências e seminários na Escola Superior do Exército americano, cujo objetivo principal era tratar a história militar como um campo mais amplo, a partir da ideia “do militar como uma projeção da sociedade (...), do relacionamento do militar com o Estado, das instituições militares e do pensamento militar” (WEIGLEY, 1981, p. 25). No Brasil, o assunto ganha maior projeção a partir dos anos 2000, quando Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay lançam a obra *Nova História Militar Brasileira*. No entanto, perspectivas de análise que levem em conta a relação entre a instituição militar e a sociedade podem ser observadas desde os anos 1970, sobretudo a partir dos estudos pioneiros de Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho.

A historiografia brasileira acostumou-se a pensar os militares somente como agentes de intervenção política. Assim, observamos na produção historiográfica a frequente preocupação para a questão: por que a instituição militar, no Brasil, se tornou um agente político interventor? A questão não deixa de ser importante para a compreensão do processo histórico brasileiro, mas ao preocupar-se somente com a intervenção, acaba por reduzir as possibilidades de pesquisa. Alguns autores mais recentes preocupam-se com esta questão, acentuando o fato de que nossa historiografia é essencialmente civilista, relegando a leitura sobre militares a somente um ponto de vista – ou de investigação (ARIAS NETO, 2012).

Nesse sentido, destacamos a questão da imprensa periódica militar. De qual imprensa estamos falando? Qual o lugar de produção desta imprensa e seus objetivos? Embora exista grande produção acadêmica naquilo que tange à imprensa como um todo, poucas pesquisas se dedicam ao estudo de jornais e periódicos militares – fonte rica para a melhor compreensão da temática militar.¹ A existência da imprensa militar é relevante para os estudos sobre a instituição militar no Brasil. Os militares configuram-se, nesse sentido, como uma elite letrada em um país com graves deficiências educacionais. A formação propiciada pela Escola Militar permitia aos oficiais o acesso à cultura letrada e aos debates políticos mais recentes encetados na Europa. Além disso, o desenvolvimento da imprensa no século XIX e sua percepção, por parte dos militares, como campo de combates e debates torna possível a existência desta imprensa militar e sua relação com a defesa dos interesses em prol da classe militar.

O objetivo deste artigo, portanto, é apresentar a existência da imprensa periódica militar como objeto e campo de pesquisa, a partir dos estudos da Nova História Militar. Para tanto, o artigo se divide em duas seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção irá tratar das relações entre a imprensa e os militares, no século XIX, apresentando como os militares brasileiros desenvolveram uma longa relação com a imprensa, a partir da publicação seriada de periódicos militares que foram catalogados por esta pesquisa. A segunda seção irá apresentar algumas hipóteses de pesquisa para o século XIX, relacionando a imprensa e os discursos nela vinculados à possibilidade de formação de um discurso relacionado ao que é ser militar no século XIX e seu impacto perante a ideia de profissionalização das forças armadas brasileiras.

1. Destacamos: SCHULZ, John. *O Exército na Política*. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). EDUSP: São Paulo, 1994 e SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. DUDLEY, William S. Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889. *Hispanic American Historical Review*, v. 55, n. 1, February 1975, p. 44-65. CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. Dissertação de mestrado, apresentada no programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 1985. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira*. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado, PUC/RS, Porto Alegre, 2010. BARONE, Adelaide Cristina Brandão. *O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da revista A Defesa Nacional (1990-2004)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

A IMPRENSA PERIÓDICA NO SÉCULO XIX

Em 16 de abril de 1855 o *Diário do Rio de Janeiro* noticiava, em uma coluna intitulada “Resenha Militar”, o lançamento do periódico *O Militar Brioso*. Para o colunista da “Resenha Militar” se fazia necessária a existência de um jornal propriamente militar, um órgão próprio, “que trouxesse a luz os variados acontecimentos que tem lugar nessa grande família brasileira” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1855, p. 1). O colunista informa ainda a existência de outro periódico militar, intitulado *O Militar*, que circula no mesmo período e era impresso na mesma tipografia. A circulação destes dois impressos de forma concomitante sugere ao pesquisador a possibilidade da existência de uma rede de militares letrados cujo objetivo principal era levar para a arena da imprensa suas impressões gerais sobre o *metier* militar. No mesmo período está também em circulação outro periódico militar voltando aos membros da Marinha brasileira: a *Revista Marítima Brasileira*, que era publicado desde 1851. E observa-se ainda a publicação de outro periódico intitulado *O Brazil Marítimo*, na Bahia, em 1854.

A existência de tantos periódicos em um mesmo período não escapa ao olhar cuidadoso do historiador e leva ao aprofundamento da seguinte questão: podemos falar de forma consistente na existência de uma imprensa militar, tanto no século XIX quanto no século XX, voltada exclusivamente para a produção de conteúdo militar? Se sim, é possível considerarmos a existência dessa imprensa como campo e objeto de estudo em relação a construção de discursos relacionados à instituição militar?

Uma rápida pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional revela a existência de muitos periódicos militares publicados a partir dos anos 30 do oitocentos, e essa tendência é vista também no século XX. Marcamos aqui, portanto, a existência desta imprensa como campo de pesquisa, primeiro com relação à história da imprensa no Brasil, e, depois, com relação à história da própria instituição militar no Brasil. Assim, a existência de periódicos militares o século XIX é um padrão, que se intensifica a partir de 1850, e se consolida como uma imprensa periódica efetivamente militar.

A existência da imprensa militar no Brasil é relevante, portanto, para os estudos sobre a instituição militar. Os militares configuram-se, nesse sentido, como uma elite letrada em um país com graves deficiências educacionais ao longo dos últimos dois séculos. A formação propiciada pela Escola Militar – uma das formações profissionais pioneiras no Brasil independente – permitia aos oficiais o acesso à cultura letrada e aos debates políticos mais recentes no mundo. Logo, a imprensa é percebida pelos militares como um campo de combates e debates, a fim de trazer para a sociedade as discussões relevantes ao meio militar.

Portanto, o pesquisador dessa história tem à sua disposição um rico manancial de obras produzidas por militares brasileiros, nos últimos dois séculos. As obras podem ser, grosseiramente, divididas em duas categorias distintas: aquelas de caráter oficial,

produzidas com objetivos institucionais (relatórios e estudos, por exemplo), e aquelas de caráter não oficial, produzidas fora do arcabouço institucional – mas seguramente influenciadas pela existência e pelos valores institucionais. Partindo deste princípio, pode o pesquisador estender seus objetivos para a própria análise de uma história intelectual dos militares, campo que ainda não recebeu a devida atenção.

Tradicionalmente, os militares brasileiros têm se dedicado ao estudo dos problemas da guerra e de sua própria instituição. Estes estudos, muitas vezes conduzidos de forma independente, nos fornecem dados importantes para interpretar não apenas a história da instituição militar em nosso país, mas também sua função em nossa sociedade. Desde a independência, os militares acumularam importante produção intelectual através da publicação de jornais, folhetos, livros e revistas. A produção deste tipo de material tem uma provável relação com duas condições específicas: a existência de estudos voltados para a profissão militar desde o século XIX, sintetizados pelos cursos da Real Academia Militar – posteriormente Escola Militar, responsável pela formação de técnicos militares – e a intensa e duradoura participação de militares em comissões de pesquisa – tanto no século XIX quanto no século XX. Estas condições possibilitaram aos militares o acúmulo de conhecimento prático e teórico, cuja consequência pode ser observada na intensa produção intelectual do período.

Os militares brasileiros tiveram, em sua maioria, um objetivo comum ao longo do tempo: buscaram levar sempre o debate da defesa para a sociedade, e, ainda, inseri-lo na pauta de debates no meio político. Ainda assim: por mais que, muitas vezes, os periódicos militares tecessem ampla crítica política ao governo, permaneceram sempre legalistas em sua manifestação, mantendo-se fiéis ao discurso da ordem. O legalismo constituiu-se, assim, como uma forte característica dos militares brasileiros.

A imprensa periódica militar insere-se no estudo da imprensa no século XIX, e partilhará, assim, muitos aspectos comuns de caracterização da imprensa no século XIX. A discussão historiográfica sobre imprensa no Brasil é vasta. Ao menos desde a década de 1990, estudos sobre a imprensa têm sido conduzidos, sobretudo, a partir da ótica possibilitada pela nova história cultural.² Seja como fonte ou como objeto de pesquisa, a imprensa oferece ricas possibilidades de pesquisa em diversos temas e perspectivas, dentro da história (LUCA, 2005).

Por imprensa militar, compreendemos a ampla gama de jornais e, posteriormente, revistas publicadas por militares, e destinados, principalmente, ao público militar. Importante

2. Referimo-nos aqui a algumas obras do vasto repertório de análise da imprensa no Brasil: LUSTOSA, Isabel. (org.) *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (org.). *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010. DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (org.) *Política, nação e edição*. O lugar dos Impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006. MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. E ainda as clássicas obras de análise da imprensa de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca 1808-1908*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

assinalar que a existência desta imprensa não está restrita à existência de um impresso específico, ou seja, ela se configura existente mesmo quando os militares escreviam em periódicos não-militares. Entre os anos de 1863 e 1864, por exemplo, O Diário do Rio de Janeiro publicou, sucessivamente, duas colunas denominadas “Apontamentos Militares” e “Noticiador Militar”. Embora tais colunas não tivessem periodicidade, sua existência coloca a imprensa como um campo de debates para os militares se expressarem, constituindo-se tais colunas em prolongamento da imprensa militar. O Diário também manteve, entre 1854 e 1855, outra coluna intitulada “Revista Militar”. Portanto, era comum a participação de militares na imprensa, de uma forma geral. A existência de uma imprensa própria militar seria a lógica consequência de processos que já ocorriam na imprensa comum.

Logo, a imprensa militar tem seu surgimento concomitante à imprensa no Brasil. No campo da história da imprensa, a produção periódica pode ser entendida como um gênero recorrente, onde revistas e jornais eram publicados sem casas editoriais próprias, tornando a folha impressa um “espaço legitimador do impresso” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 9). As tipografias, que se espalharam pelo território do Império após a supressão do monopólio de impressão pela Impressão Régia, em 1811, foram as responsáveis pela circulação da maioria dos periódicos no século XIX. O desenvolvimento dessa produção periódica foi tão profícuo que existiam, em São Paulo, no final do século XIX, cerca de 1.500 títulos sendo publicados. Logo, os periódicos possuem um caráter de fonte primária inegável, pois trazem dados de todos os tipos sobre o desenvolvimento social no período em que se inserem os jornais e as revistas.

O estudo da imprensa periódica militar nos sugere, portanto, duas fases distintas, localizadas entre 1833 e 1899. A primeira fase, entre 1833 e 1849, relaciona-se com a divulgação de impressos de caráter mais político, envolvidos nos debates políticos suscitados pelos momentos de crise do período: a abdicação de Pedro I, as revoltas regenciais e as revoltas liberais após a maioridade de Pedro II influenciaram o surgimento dos periódicos. Nesta fase, os jornais militares, em geral, estão ligados às lutas de poder locais ou regionais, e pouco tem de militar em seu caráter. A maior parte das publicações são anônimas, e podem ser caracterizadas como pasquins. Independente da ligação política, no entanto, todos os periódicos deste primeiro momento mantêm seu caráter legalista, reafirmando o discurso da ordem e do apoio às instituições monárquicas. Configura-se, portanto, a primeira fase da imprensa periódica militar.

A preocupação em periodizar, tão típica do historiador, prende-se ainda ao intuito de se esclarecer um determinado objeto. Embora a periodização possa, muitas vezes, criar empecilhos teóricos, ela facilita a compreensão de determinado objeto em um espaço-tempo. Arthur Lovejoy destaca que, muitas vezes, a história teve vários episódios contados em separado, mas o que realmente interessa é a relação desses episódios, “com um único complexo de ideias que as atravessa”, e suas relações, que precisam ser narradas (LOVEJOY, 2005, p. 9).

A partir de 1850 até o final do século é possível distinguir uma segunda fase da imprensa periódica militar. Esta fase é caracterizada pela existência de uma imprensa mais organizada, cujo objetivo principal é configurar-se como um espaço consolidado de discussões das demandas militares, através de uma rede de periódicos que, muitas vezes, coexistem no mesmo período. Nesta fase, os periódicos tendem a se afastar das discussões políticas, abrindo espaço para discussões de caráter técnico militar, utilizando a imprensa militar internacional como modelo. Em muitos casos, é possível conhecer os redatores destes periódicos, e seu objetivo central era configurar-se como um órgão das classes militares. Durante a segunda fase, observamos ainda a existência de uma rede de periódicos militares, fato que não foi observado na primeira fase. Além de muitos periódicos existirem simultaneamente, muitos percebiam a existência do outro, em citações recorrentes. A segunda fase torna-se, assim, bastante diferente da primeira.

A periodização aqui proposta para o século XIX foi pensada levando-se em conta o caráter político que parece ter bastante influência sobre os distintos momentos desta imprensa no XIX. Ora, a diferença entre os periódicos antes e após o período da maioridade é bastante significativo, levando-nos a periodizar a partir do caráter político. Mas outras formas podem ser pensadas, principalmente com relação as publicações mais próximas do final do século. A partir da República parece haver um movimento maior com o objetivo de institucionalizar o Exército, na busca por publicações de caráter mais institucional ou ainda, de caráter mais *profissional*, embora o termo exija cuidado em sua utilização.

A IMPRENSA E SUA RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Conforme vimos, os militares brasileiros utilizaram bastante a imprensa enquanto espaço de discussões durante o século XIX. Mas a quem direcionavam estes periódicos e quais eram os seus objetivos? Quais eram os discursos ali veiculados? Algumas hipóteses de trabalho foram construídas em torno de duas questões: a formação de um discurso que legitime a existência da instituição no século XIX e a formação da ideia de classe militar, a partir dos discursos aqui encontrados; e a busca de profissionalização da força, justamente através da criação de um discurso de si.

Os periódicos da segunda fase da imprensa militar estão criando discursos que se voltam especificamente para um público militar. A característica comum a todos os periódicos militares estudados aqui é justamente sua ligação com a *Classe Militar*. Todos os periódicos advogam sua relação com a Classe Militar, e é esta relação que irá guiar seus programas e sua política. A justificativa, em todos os casos, é sempre dada pela necessidade de existir um periódico que defenda os interesses da classe na arena da imprensa. A classe militar é sempre identificada pelos redatores como uma classe não aquinhoadá pelo poder político. Os periódicos, embora publicados por apenas um redator ou um grupo consideravam-se representantes de toda classe militar. Essa assertiva era o ponto central de sua existência.

Por vezes, os redatores incorporavam os membros da Guarda Nacional e dos corpos policiais – em geral, comandadas por oficiais do Exército - na definição de classe militar. Em outros momentos, incorporavam somente os membros do Exército e da Marinha. Após a Guerra do Paraguai, o corpo de Voluntários da Pátria também será um elemento constitutivo da classe militar. Os elementos que a compõem podem variar, mas sua definição é menos volátil, prendendo-se a questões como honra, patriotismo e abnegação. A partir da década de 1860 a maioria dos periódicos já reduz a abrangência do conceito de “classe militar”, compreendendo sua composição a partir do Exército e da Marinha. Na década de 1880, os Voluntários da Pátria passam também a integrar a classe militar, mas a Guarda Nacional perde importância como representante do grupo. Portanto, a classe militar, em sua essência, está constituída do Exército e da Marinha.

Compreendemos, a partir dos estudos de Mary Douglas sobre instituições, que os redatores dos periódicos estavam buscando uma escrita de si, ou seja, a criação de um discurso de caráter institucional. Conforme aponta Douglas, as instituições não podem ter opiniões próprias, e são fruto do processo cognitivo de seus integrantes (2012, p. 69). Portanto, uma instituição não pode pensar por si própria, mas depende de uma construção cognitiva coordenada pelos seus membros, que constituem um agrupamento social. Logo, o agrupamento social é definido pelo estilo de pensamento que o une (DOUGLAS, 2012, p. 33-35).

Para existir, uma instituição precisa ser estruturada através da codificação de informações. Para codificar a informação e se legitimar, as instituições partem de analogias com a razão ou a natureza. Formam-se, assim, a partir de analogias e oposições. Para Douglas, “o princípio estabilizador é a naturalização das classificações sociais. Precisa haver uma analogia através da qual a estrutura formal de um conjunto de relações é fundada no mundo físico ou no mundo supranatural” (DOUGLAS, 2012, p. 71). Logo, quando as analogias estão naturalizadas no discurso, a instituição se torna mais forte e fundamentada. É o aparato cognitivo que permite o jogo das analogias entre a natureza e a razão. Assim, as instituições conferem identidades a si. As analogias situadas no âmbito social atribuem itens desiguais às classes, geralmente relacionados a conteúdos morais e políticos. Através dos periódicos militares, podemos observar o esforço na criação da identidade efetuado pelos redatores, sobretudo para definir a classe militar. É comum encontrarmos o seguinte jogo de analogias em diversos momentos da imprensa militar de segunda fase:

Militar	Político
Consciente	Negligente
Idôneo	Imoral
Honrado	Vergonhoso

Este conjunto de analogias frequentemente observado nos periódicos militares situa a classe militar em oposição à classe política, na construção do discurso, sugerindo classificações positivas para a primeira e negativas para a segunda. É assim, por exemplo, que os redatores de *O Militar Brioso* definiam a classe política como “(...) os magnatas do poder (...) [que] tomam chá nos sarais [sic] dos colegas distribuindo os dias da semana nestes *fastidiosos* trabalhos (...)” (O MILITAR BRIOSO, 1855a, p. 1), enquanto a classe militar era definida como aquela que “(...) com quanto seja rica de brio e de dignidade, é pobre de dinheiro” (O MILITAR BRIOSO, 1855b, p. 4). Em *O Militar*, os redatores deram um conselho aos seus leitores não militares: “Segui a vida de Militar e conhecereis seus martírios e, conosco, odiareis essa classe corrompida, que pesa como a fatalidade sobre a nossa infeliz pátria” (O MILITAR, 1855a, p. 3) A classe corrompida é a classe política. Portanto, enquanto o militar tem uma vida de martírio, a classe política pode ser uma classe corrompida, pelos acessos que tem ao poder.

Em 1881, os redatores de *O Soldado* referiam-se ao patriotismo como “esse pobre palhaço das praças, que serve de brinquedo aos senhores do pleito governamental” (O SOLDADO, 1881a, p. 3). O patriotismo era (e ainda é) um valor caro aos militares. Mas, para a classe política, a pátria serve apenas de “brinquedo”. Por outro lado, a classe militar é definida como aquela que “tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações” (O SOLDADO, 1881b, p. 1) A analogia e a oposição estão definidas: enquanto o político não é patriota, o militar o é, e é esse patriotismo que leva à grandeza de ações no campo de batalha.

Em consequência, observamos durante a segunda fase da imprensa periódica militar o esforço dos redatores dos diversos periódicos para conceber uma identidade da classe militar, através da criação de analogias e oposições com a classe política. As analogias tornam-se, assim, características da classe militar, que podem ser observadas no discurso de todos os periódicos aqui analisados. Logo, é fundamental inserir essa análise dentro da perspectiva de existência da imprensa periódica militar. A formação da classe militar tem relação específica com a formação do próprio discurso institucional, conforme indicado por Douglas. E a oposição com a classe política, no âmbito discursivo, será necessária para fundamentar a existência da instituição militar.

Assim, pontuamos as seguintes características identificadas pelos redatores, e atribuídas pelos periódicos à instituição militar e aos militares como classe. Todas estas características resumem aquilo que é *ser* um militar para os redatores destes periódicos. As características indicam formas de comportamento, mas também, formas de pensamento que devem caracterizar tanto a instituição quanto o próprio militar em si. São estas as características indicadas através de nossa análise: a) O militar é sempre honrado, brioso, fiel, desinteressado, cômico de seus deveres, profissional e obediente; b) O exército e a instituição militar são sempre fiéis aos princípios constitucionais, à nação e às suas instituições, sendo peça-chave para a existência da nação; c) Tanto a classe e, por

consequência, a instituição militar, é abandonada, esquecida, desmoralizada, amesquinhada e sofredora; d) É a única classe que permuta o sangue pela honra e integridade da pátria, que vive de sacrifícios e que dá a vida pela pátria; e) O militar é um verdadeiro patriota, e o amor à pátria é uma nobre característica do soldado; f). Por último, é a classe que possui condições de administrar o país, pelo seu patriotismo e sua ilustração.

É possível compreender a existência dos periódicos militares também, e, por consequência do discurso neles veiculado, como uma tentativa de profissionalização do Exército brasileiro no século XIX, as referências ao papel desempenhado pelos periódicos no exterior são constantes nos periódicos brasileiros, indicando que os redatores destes periódicos tinham acesso as publicações internacionais.³ Tal imprensa, no exterior, tinha um caráter bastante educativo, nesse sentido: a *Revista Militar*, publicada em Portugal em 1849 era dividida em tomos, compreendendo uma série de assuntos de interesse militar, como engenharia, topografia e história. Também nos Estados Unidos, a partir de 1863, passou a ser publicado o *Army and Navy Journal*, voltado a questões militares.

Para uma instituição militar, a construção de um discurso é elemento primordial para a profissionalização, e também para sua própria institucionalização. É reflexo do desenvolvimento de um sentido de identidade grupal, e de um sistema de administração próprio. A administração acaba por implicar na criação de um sistema ético, e em padrões de ação. Assim, falar de profissionalismo militar implica compreender que a direção de um conflito foi dada a pessoas que se comprometeram com este serviço, além de possuir uma instrução e competências próprias, aprendidas através de um processo lógico de educação e treinamento (JANOWITZ, 1967, p. 14). Souza aponta como os colaboradores dos periódicos lançavam-se em um combate discursivo contra a classe política, notadamente identificada como resistente aos processos de modernização das instituições brasileiras e das próprias forças armadas (SOUZA, 1999, p. 26).

Morris Janowitz destaca que o processo de profissionalização das forças armadas, em um contexto europeu, é lento e gradativo, permeado de interrupções e reviravoltas (JANOWITZ, 1967, p. 14). Embora o processo tenha início no século XVII, e graus diferentes de profissionalização possam ser encontrados no século XVIII, é somente no século XIX que o processo se consolida. O profissionalismo, portanto, tem relação com a formação dos Estados políticos europeus, e é uma característica distintiva da cultura ocidental. Além disso, a noção de profissionalismo tem ligação também com o momento histórico e com a sociedade em que uma força armada está inserida. Desta forma, uma pergunta se faz prudente: o que significa o profissionalismo militar, e como pode ele ser entendido no Brasil do século XIX?

3. A *Revista Militar* de Portugal é constantemente citada na maior parte dos periódicos. O periódico *Army and Navy Journal*, americano, é citado pelos redatores de *O Soldado* e *o Marinheiro* (1869).

Para Janowitz (1967), uma profissão é definida por três elementos distintos: pela qualificação específica que se faz necessária à sua existência; pela criação de uma identidade grupal – um sentimento de *pertença*; e pela existência de um sistema de administração próprio. Por consequência da função à qual se destina – e por possuir o monopólio da violência e ser seu reproduzidor, a organização militar é rigidamente estratificada e autoritária (JANOWITZ, 1967, p. 18). Huntigton (1996) aponta algumas características que podem ser definidoras de uma instituição profissional no XIX, sobretudo levando-se em questão o exemplo da força armada desenvolvida pela Prússia, que registra seu ápice por volta de 1875. São elas: a) exigências para o acesso ao oficialato; b) meios de ascensão profissional; c) o caráter da educação militar; d) a natureza e o grau de desenvolvimento do estado maior; e) o *esprit de corps* do oficialato e a competência geral do corpo. Portanto, é possível determinarmos que o conjunto destas características define uma força armada profissional do Oitocentos, sobretudo a partir da segunda metade do século (HUNTIGTON, 1996, p. 26).

Mas, e a existência (ou inexistência) de uma ou outra característica, torna um exército menos profissional? O profissionalismo é resultado de uma série de ações que, durante o século XIX, são ainda muito recentes, estão em processo de consolidação e são fruto do próprio desenvolvimento do Estado. Se adequarmos as perspectivas de evolução da força ao longo do século XIX em direção ao profissionalismo, podemos compreender o Exército brasileiro como uma instituição *em busca* de um grau de profissionalismo.

Portanto, o Exército brasileiro é, no século XIX, uma instituição com algumas características profissionais, sobretudo o ensino especializado, a existência de uma lei de acesso ao oficialato e um forte sentido de corporatividade. As transformações no interior do Exército são crescentes, mas durante o século XIX, em dois momentos, elas serão mais significativas: durante a década de 1850, quando ocorre o centralismo e a reforma do Estado proposta pelo gabinete conservador, estendendo-se tais reformas até o final da década; e após a Guerra do Paraguai, sobretudo entre 1870 e 1881 (SOUZA, 1999, p. 38). No entanto, ressalta-se a falta de um estado-maior com atribuições bem definidas durante o século XIX, e que só irá se consolidar no primeiro quartel do século XX (MAGALHÃES, 1998, p. 319).

Nesse sentido, podemos situar a imprensa militar como uma indicação dos processos de profissionalização que estavam ocorrendo no interior da instituição militar. Mesmo se levarmos em conta o fato de que estas publicações não tinham um caráter institucional (e isso só irá se consolidar no final do século) é possível registarmos o esforço dos militares redatores em criar um discurso que justificasse sua existência e consolida-se uma visão de si. Mesmo em publicações de caráter mais *profissional*, como é o caso do *Indicador Militar* (1862) encontramos o mesmo discurso de oposição em vários artigos publicados pelo periódico. Ou seja, a imprensa militar configura-se como espaço de discussão das questões relacionadas à formação da identidade militar no XIX.

CONCLUSÃO

Buscamos demonstrar aqui a existência de um campo de pesquisa no século XIX relacionado à história da instituição militar brasileira: a imprensa enquanto fonte e campo de pesquisa. Vários periódicos foram escritos durante o oitocentos e podemos encontrar produção significativa que segue ainda no século XX e XXI. Hoje, as publicações seguem um padrão mais institucional, medida que começa a ocorrer a partir dos processos de reforma no âmbito estatal efetivas durante o período Vargas. No XIX, estas publicações não possuem caráter institucional (no sentido de serem órgãos oficiais do Exército) e são iniciativas de alguns militares. Esta característica nos levou ao desenvolvimento de duas hipóteses: primeiro, por serem iniciativas pessoais, estes periódicos demonstram a falta de uma maior institucionalização da força armada no oitocentos, no sentido de uma força profissional; segundo, ao construir um discurso baseado na oposição, os redatores destes periódicos buscam discutir e construir o que é ser militar no século XIX e criar, ainda, uma ideia de discurso institucional.

Mesmo levando-se em conta as particularidades da imprensa do período e do perigo de unificarmos a palavra “militares” com um único sentido, ainda assim a existência destes periódicos e seus discursos não pode ser ignorada. Seu discurso não é de caráter oficial do Exército no período, mas observamos um esforço discursivo em se construir um discurso com sentido institucional. Embora os periódicos quisessem ser – e assim se denominassem – órgãos legítimos das classes militares, o pesquisador não pode tomar a afirmativa por fato, e transformá-la em dado concreto: os periódicos não exprimiam o *todo* da classe militar, embora fosse esse seu objetivo. Adriana Barreto de Souza explora esta questão em seu trabalho, entendendo como a expressão militares é um problema analítico e torna-se um absoluto na maior parte das análises sobre a instituição e sua historicidade (SOUZA, 1999, p. 22). Segundo a autora, esse problema conceitual leva a interpretações correntes que generalizam momentos históricos distintos.

Também Celso Castro aponta em sua análise sobre a derrubada da monarquia, o problema em considerar os militares como um grupo coeso. Tal consideração tem relação com uma historiografia que considera a inevitabilidade histórica de 1889 baseada, sobretudo, na ideia de unidade no seio militar. Para Castro, é preciso destruir a imagem conceitual de que a instituição é única, sem clivagens internas. Para isto, o autor utiliza, comumente, a expressão “um grupo de militares” ao invés de “os militares”, em toda a sua análise, pois tal diferença demonstra a consciência de que não havia unidade na instituição. Segundo Castro, sobre 1889, “não foi, portanto, a classe militar que deu o golpe, mas uma parcela muito específica” (CASTRO, 1995, p. 9).

Em consequência, observamos durante o oitocentos, sobretudo a partir da segunda metade do século, o esforço dos redatores dos diversos periódicos para conceber uma identidade da classe militar, através da criação de analogias e oposições com a classe

política. As analogias tornam-se, assim, características da classe militar, que podem ser observadas no discurso de todos os periódicos aqui analisados. Logo, é fundamental inserir essa análise dentro da perspectiva de existência da imprensa periódica militar. A formação da classe militar tem relação específica com a formação do próprio discurso institucional, conforme indicado por Douglas (2012). E a oposição com a classe política, no âmbito discursivo, será necessária para fundamentar a existência da instituição militar. Logo, a atuação da imprensa periódica nesse sentido, parecer ser fundamental, mesmo que ela não tivesse um caráter oficial e fosse, em suma, projeto de um grupo específico de militares. O fato demonstra o esforço e a necessidade percebida por estes militares em conceber uma identidade grupal, que pudesse estruturar de forma mais concreta a instituição militar no oitocentos.

REFERENCIAS

ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. **Revista Navigator**, v. 9, p. 55-64, 2013.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República. Um Estudo sobre a ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso. KRAAY, Hendrik. IZECKSOHN, Vitor (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.

LOVEJOY, Arthur O. **A grande cadeia do ser: um estudo de história de uma ideia**. São Paulo: Palíndromo, 2005.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Imprensa Periódica Militar no século XIX: Política e Modernização no Exército Brasileiro (1850-1881)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2015.

SOUZA, Adriana Barreto. **O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 38.

WEIGLEY, Russel F. (org.). **Novas dimensões da História Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 25.

FONTES PESQUISADAS

Diário do Rio de Janeiro, edição n. 104 de 16 de abril de 1855, p.1.

O Militar Brioso, ano I, n. 6, de 4 de abril de 1855, (a).

O Militar Brioso, ano I, n. 2, de 7 de março de 1855, (b).

O Militar, ano I, n. 18, de 14 de abril de 1855, (a).

O Soldado, ano I, n. 5, de 29 de março de 1881, (a).

O Soldado, ano I, n. 36, de 13 de outubro de 1881, (b).